

Bolsonaro e generais ficam em silêncio ao depor à PF sobre suspeita de golpe

— Defesa diz que ex-presidente usou de estratégia por não ter acesso a ‘todos os elementos’ da investigação; tática foi seguida por Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sergio Nogueira

Intimado a depor na investigação que apura suspeita de tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) compareceu ontem à Polícia Federal, em Brasília, mas ficou em silêncio. Os generais Walter Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sergio Nogueira seguiram a estratégia do ex-chefe do Executivo federal e também não responderam aos questionamentos dos investigadores. Ao todo, 24 alvos da Operação Tempus Veritatis foram chamados a prestar esclarecimentos no mesmo dia sobre a trama que teria sido articulada para anular o resultado da eleição de 2022.

Bolsonaro ficou na PF por cerca de 30 minutos. Na saída da sede da corporação, o ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência e advogado do ex-presidente, Fábio Wajngarten, afirmou que o silêncio fez parte da estratégia da defesa. Segundo Wajngarten, os advogados de Bolsonaro não tiveram acesso à íntegra dos autos da investigação e a delação do ex-ajudante de ordens da Presidência, tenente-coronel Mauro Cid.

“O presidente fez uso do silêncio. Esse silêncio, quero deixar claro, não é simplesmente o uso do exercício constitucional do silêncio, mas uma estratégia baseada no fato de que a defesa não teve acesso a todos os elementos por quais estão sendo imputados ao presidente a prática de certos delitos”, disse Wajngarten.

ADIAMENTO. Por esse mesmo motivo, a defesa de Bolsonaro havia tentado, durante a semana, adiar o depoimento três vezes, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes negou os pedidos. “A Constituição Federal consagra o direito ao silêncio e o privilégio contra a autoincriminação, mas não o direito de recusa prévia e genérica à observância de determinações legais” ao investigado ou réu”, declarou Moraes.

No último dia 8, Bolsonaro e militares de alta patente que integraram o primeiro escalão do seu governo ou a cúpula das Forças Armadas foram alvo da Operação Tempus Veritatis, da PF. Eles são suspeitos de formar uma “organização crimi-



Jair Bolsonaro deixa sua casa em Brasília para ir à PF; ele ficou cerca de 30 minutos na sede do órgão

nosa” para promover um golpe de Estado após a derrota para o petista Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de 2022. O ex-presidente teve o passaporte apreendido. Dias após a ofensiva da PF, Bolsonaro convocou uma manifestação para este domingo, na Avenida Paulista, em São Paulo. O ex-presidente declarou que pretende aproveitar o ato para se defender das suspeitas que o atingem.

AUDIÊNCIAS. O ex-candidato a vice na chapa de Bolsonaro em 2022, Braga Netto, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto

“O presidente fez o uso do silêncio. Esse silêncio, quero deixar claro, não é simplesmente o uso do exercício constitucional do silêncio, mas uma estratégia baseada no fato de que a defesa não teve acesso a todos os elementos por quais estão sendo imputados ao presidente a prática de certos delitos”

Fábio Wajngarten
Advogado de Jair Bolsonaro

Heleno e o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira foram ontem à PF na capital federal, mas também optaram pelo silêncio. A defesa de Nogueira, que foi comandante do Exército, também reclamou da falta de acesso a informações da investigação e afirmou que, “tão logo” tenha “o devido acesso aos autos, ele (Nogueira) estará à disposição”.

Os 24 depoimentos de ontem foram marcados para o mesmo horário para evitar a comunicação entre os investigados. A maior parte das audiências ocorreu na sede da PF em Brasília – a corporação reservou 16 salas para os interrogatórios. As superintendências no Rio, em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais, em Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo e no Ceará também foram reservadas para depoimentos.

‘INTERESSADO’. Investigados no mesmo inquérito, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, não aderiram ao “pacto de silêncio” que prevaleceu ontem nos depoimentos de outros suspeitos. Segundo o advogado Eumar Novacki, que representa Torres, o ex-

ministro busca demonstrar uma postura colaborativa e, por isso, respondeu às perguntas. “Reafirma, assim, sua disposição para cooperar com as investigações e esclarecer toda e qualquer dúvida que houver, pois é o maior interessado na apuração isenta dos fatos”.

Em Fortaleza
Depoimento do general
Estevam Theophilo, outro
militar investigado, está
marcado para hoje

O advogado Marcelo Bessa, que defende Valdemar, informou apenas que ele respondeu a todas as perguntas dos investigadores. “A defesa não fará qualquer comentário sobre as investigações.” No dia da operação da PF, o presidente do PL foi alvo de buscas, mas acabou preso em flagrante por posse irregular de arma de fogo. Os policiais também apreenderam uma pepita de ouro de 39,18 gramas.

EXPLICAÇÕES. As investigações atribuem ao ex-presidente participação direta na edição de uma minuta golpista que circulou entre aliados

após o segundo turno da eleição presidencial. O objetivo seria obstruir o resultado eleitoral desfavorável. Conversas encontradas no celular de Mauro Cid sugerem que Bolsonaro ajudou a redigir e editar o documento. Ontem, a PF pretendia ouvir esclarecimentos sobre essas e outras mensagens trocadas entre seus assessores.

A versão inicial do rascunho da minuta previa, além de novas eleições, a prisão de autoridades, como os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo a PF, por sugestão de Bolsonaro, apenas o decreto de prisão de Moraes foi mantido no papel.

Preso no dia 8, o ex-assessor da Presidência Filipe Martins negou ontem em depoimento aos investigadores ter entregue a minuta a Bolsonaro. Em delação, Cid relatou que o ex-presidente recebeu do ex-auxiliar um rascunho do documento. Em audiência realizada no Paraná, Martins disse também que não participou de reuniões com teor golpista.

REUNIÃO. Os investigadores também iriam questionar Bolsonaro sobre reunião ministerial de julho de 2022 na qual o então presidente cobrou um “plano B” e uma reação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No encontro, Bolsonaro ainda incentivou a divulgação de desinformações sobre o processo eleitoral. A gravação da reunião estava em um computador de Mauro Cid. O equipamento foi apreendido pela PF.

Ao autorizar a operação do dia 8, Moraes afirmou: “A descrição da reunião de 5 de julho de 2022 revela o arranjo de dinâmica golpista, no âmbito da alta cúpula do governo, manifestando-se todos os investigados no sentido de validar e amplificar a massiva desinformação e as narrativas fraudulentas sobre as eleições”.

No encontro, Bolsonaro insistiu para que os ministros agissem logo. “A fotografia que pintar no dia 2 de outubro... Acabou, p...! Quer mais claro que isso? Nós estamos fazendo a coisa certa, mas o plano B tem que pôr em prática agora.”

● TACIO LORRAN, GABRIEL DE SOUSA, JULIANO GALINI, RAYSSA MOTA E FAUSTO MACEDO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6